

Seria o materialismo eliminativo uma proposta viável?

Would be eliminative materialism a viable proposition?

Daniel Luporini de Faria

Helena da Silva Souza

Resumo

No artigo que se segue, procuramos investigar a pertinência do materialismo eliminativo tal como P. M. Churchland o concebe. Não nos referimos aos trabalhos de sua esposa Patricia Churchland por não desejarmos “abrir demais o leque” de nossa investigação. Assim, argumentamos que tal perspectiva não se sustenta por uma série de razões; sendo que a principal delas seria a artificialidade de uma “neurofilosofia” desagregada da pragmática linguística.

Palavras chave: Eliminação do discurso mentalista; Materialismo; *qualia*.

Abstract

In the following article, we will try to investigate the relevance of eliminative materialism as P. M. Churchland conceives. We do not refer to the work of his wife Patricia Churchland not wish to "open to the range" of our investigation. Thus, we argue that such a perspective does not hold for a number of reasons, the main one being that it would be the artificiality of a "neurophilosophy" disaggregated by linguistic pragmatics.

Keywords: Elimination of speech mentalist; Materialism; *qualia*.

Daniel Luporini de Faria, mestre em filosofia da mente, lógica e epistemologia pela

UNESP-Marília

E-mail: luporinifaria@yahoo.com.br

Helena da Silva Souza, artista visual licenciada em artes visuais pela Escola Paulista de

Artes - São Paulo

E-mail: hachesosa@gmail.com

Introdução

Historicamente, o materialismo enquanto uma perspectiva que visa compreender os processos sensitivos e cognitivos sem evocar a ideia de alma, até onde sabemos, remete a Etienne de La boétie e Thomas Hobbes, dentre outros. Tal plano de ideias tende a compreender a mente e seus estados enquanto processos físico-químicos cerebrais, ou seja, rompendo com a tradição interacionista, os materialistas da modernidade privilegiavam o plano físico (que teve nas figuras de Galileu e Newton seus principais expoentes) em detrimento do plano espiritual.

Entretanto, o materialismo não solidificou-se como uma perspectiva unânime, pois o interacionismo muita força continha. Tal estado de coisas pode-se dizer, permeou os estudos relativos à mente nos séculos subsequentes, a ponto de Browster, na metade do século XIX, afirmar o seguinte:

Não há nenhum departamento do conhecimento no qual tão pouco progresso tenha sido feito como no da filosofia da mente. A mente humana tem sido estudada como independente do corpo, e, de uma forma geral, por filósofos que possuem uma quantidade relativamente escassa de conhecimento físico. Na verdade, não foi feita nenhuma tentativa de examinar seus fenômenos à luz do experimento e da observação, ou analisá-los em suas fases de anormalidade... Sem dados, sem axiomas, sem definições [a ciência da mente] propõe problemas que não consegue resolver (Browster, 1854, apud Vicentini, 1999).

Essa perspectiva desestimulante veio a mudar significativamente em fins do século XIX, com o surgimento das primeiras tentativas de compreensão dos fenômenos mentais em termos de experimentação ou estabelecimento de critérios objetivos de estudo. Com o advento da psicologia científica ou behaviorismo psicológico, tais

critérios objetivos de estudo acerca da mente finalmente se estabeleceram¹.

O que se sucedeu após o estabelecimento do behaviorismo foi uma tendência “quase” que unânime de seguir as orientações de Brewster, quer dizer, privilegiar o plano material da realidade em detrimento do plano espiritual. Neste curso de ideias, surgiram os teóricos materialistas da identidade de tipos oriundos da escola australiana de filosofia, bem como os fisicalistas ônticos e epistemológicos, os materialistas não redutivos, os emergentistas e os eliminativistas.

Neste trabalho, não analisaremos todas as vertentes materialistas, de modo que nosso fulcro consiste basicamente em apresentar e problematizar o eliminativismo de P. M. Churchland.

O materialismo eliminativo

Expressão máxima do projeto reducionista, o eliminativismo apregoa que com o avanço das neurociências, o vocabulário mentalista, em especial a *folkpsychology*, tenderia pura e simplesmente a desaparecer. Para P. M. Churchland (2004), com efeito, as teorias não científicas acerca do comportamento humano (psicologia popular), com que descrevemos crenças, desejos, temores, sensações, etc., seriam um conjunto de teorias ou crenças *incorretas* que não poderiam ser reduzidas a nenhuma outra teoria, contudo deveriam ser simplesmente eliminadas e substituídas por uma teoria neurocientífica madura e acabada.

Numa longa, todavia, esclarecedora passagem, eis como P. M. Churchland sintetiza o que apresentamos acerca da postura eliminativista enquanto programa de

¹ “Foi somente no final do século XIX que a psicologia adquiriu o *status* de ciência. O abandono progressivo da ideia de que a psicologia tinha sua única fonte de conhecimento em relatos subjetivos e o início do estudo sistemático, através da observação e experimentação do comportamento dos organismos complexos em diferentes condições ambientais, consolidam a cientificidade dessa disciplina” (Soares, 1993, p. 18).

pesquisa distinto dos programas reducionistas:

Para os materialistas eliminativistas, as correspondências um-a-um não serão encontradas, e a estrutura psicológica de nosso senso comum não pode obter uma redução interteórica, *porque a estrutura psicológica de nosso senso comum é uma concepção falsa e radicalmente enganosa das causas do comportamento humano e da natureza da atividade cognitiva*. Desse ponto de vista, a psicologia popular não é apenas uma representação incompleta de nossa natureza interior; ela é pura e simplesmente uma representação *distorcida* de nossas atividades e estados internos. Consequentemente, não podemos esperar que uma explicação realmente adequada de nossa vida interior feita pela neurociência revele categorias teóricas que correspondam exatamente às categorias do arcabouço de nosso senso comum. Dessa forma, devemos esperar que o antigo arcabouço seja simplesmente eliminado, e não reduzido, por uma neurociência amadurecida. (CHURCHLAND, 2004, p. 79).

Para os eliminativistas, a estrutura psicológica de nosso senso comum, por ser completamente errônea, não pode ser reduzida mediante correspondências neurológicas ‘um-a-um’ como desejam os reducionistas, porém ela deve ser pura e simplesmente eliminada, cedendo lugar ao arcabouço de uma neurociência amadurecida.

Um aspecto de extrema importância acerca do eliminativismo versa sobre a ideia de que *não* estaria descartada a possibilidade de que uma teoria psicológica consistente em sua radical distinção da psicologia popular, quicá pudesse ser desenvolvida paralelamente à madura teoria neurocientífica. Entretanto, tal teoria psicológica deve possuir um caráter radicalmente distintivo em relação a psicologia popular, no sentido de fornecer descrições, explicações e predições de fenômenos mentais de maneira fundamentalmente científica.

Tendo em vista o que apresentamos acerca do eliminativismo, poder-se-ia formular a seguinte questão:

Já que o eliminativismo assenta-se na premissa de que a psicologia popular seria completamente equivocada, resta saber o porquê de tal asserção, ou devemos ignorar o fato de que a *folkpsychology* vem sendo utilizada com *relativo sucesso* por um

considerável período de tempo?²

Ciente de tais questionamentos, P. M. Churchland dirá que existem pelo menos três motivos que o levam a rejeitar a plausibilidade da psicologia popular, sendo que o primeiro deles é um fiasco em termos de explicação, predição e manipulação no que se refere aos eventos mentais, sobretudo quando se pensa na relação entre danos cerebrais e “desvios” ou particularidades comportamentais. De acordo com o autor: “Quando examinamos as muitas e desconcertantes deficiências comportamentais e cognitivas de que sofrem as pessoas com danos cerebrais, nossos recursos explicativos e descritivos começam a tatear no vazio” (P. M. CHURCHLAND, 2004, p. 83-4).

O segundo motivo baseia-se na ideia de que a psicologia popular só vigora *ainda* em razão da complexidade dos fenômenos que aborda:

A psicologia popular, ao que parece, sobreviveu por tanto tempo não porque estivesse basicamente correta em suas representações, mas porque os fenômenos que ela examina são tão terrivelmente difíceis que qualquer abordagem útil deles, não importa o quão precária, dificilmente seria descartada sem mais (idem, p. 84).

O terceiro motivo indicado por P. M. Churchland para rejeitar a psicologia popular se articula como um argumento contra as teorias da identidade e o reducionismo, na medida em que o autor afirma que a dificuldade de redução da psicologia popular corrobora a ideia de que ela seria, de fato, uma teoria fundamentalmente errônea:

O eliminativista irá salientar que as exigências de uma redução são bastante rigorosas. A nova teoria deve implicar um conjunto de princípios e conceitos incorporados, que espelhem de uma maneira bastante precisa o arcabouço

² Destacamos a expressão “relativo sucesso” em razão de que, apesar de certos casos problemáticos, tais como a dificuldade que pessoas com sinestesia enfrentam para se fazer entender, por exemplo, ainda assim, em geral, as pessoas se comunicam, ou pelo menos agem como se se comunicassem umas com as outras.

conceitual específico a ser reduzido. O fato é que existem muitos mais modos de ser uma neurociência bem sucedida em termos de explicações, sem, ao mesmo tempo, espelhar o arcabouço da psicologia popular, do que existem modos de ser uma neurociência bem sucedida em termos de explicação e, ao mesmo tempo, espelhar o arcabouço conceitual específico da psicologia popular. Assim, a probabilidade a priori do materialismo eliminativista não é menor, mas sim, substancialmente maior que a de ambas as teorias adversárias (ibidem, p. 85).

Em outras palavras, este último motivo salientado por P. M. Churchland, acerca do rigor de uma redução bem sucedida o leva a considerar (a priori) o eliminativismo como um programa de pesquisa mais plausível; que as teorias da identidade e o reducionismo. Isso porque, para P. M. Churchland, os critérios de uma redução interteórica são bastante rigorosos pelas razões observadas na citação que precede.

Em resumo, os motivos que levam P. M. Churchland a entender que a psicologia popular seria equivocada e que deveria ser eliminada seriam os seguintes:

a) Ela encerra sérias limitações em termos explicativos, bem como nas previsões e manipulações relativas aos fenômenos mentais;

b) A psicologia popular só vigora em razão da complexidade dos fenômenos que aborda, de modo que, independentemente de sua precariedade em tratar dos fenômenos relativos à mente, não poderia ser descartada em virtude de não haverem melhores teorias para substituí-la;

c) A rejeição da possibilidade de redução, que segundo P. M. Churchland deve satisfazer critérios rigorosos.

Outro ponto a ser ressaltado sobre o materialismo eliminativo de P. M. Churchland diz respeito ao porquê de sua esperança de que uma neurociência mais desenvolvida venha a proporcionar um melhor entendimento dos fenômenos relativos à mente e consequente à eliminação da psicologia popular.

Um dos princípios do qual P. M. Churchland parte consiste em sua adesão

incondicional à tese de que toda observação se daria no contexto de um determinado arcabouço teórico-conceitual, sendo que os juízos pautados na observação expressariam a qualidade do arcabouço que os permeiam: “O fato é que toda observação ocorre no contexto de um sistema de conceitos e que nossos juízos observacionais são apenas tão bons quanto o arcabouço conceitual no qual eles são emitidos” (P. M. CHURCHLAND, 2004, p. 86).

Nesta perspectiva, reiterando o que já apresentamos, tratando-se o arcabouço conceitual da psicologia popular de algo, para P. M. Churchland, equivocado, os juízos pertencentes à *folkpsychology* seriam para dizer o mínimo de “baixíssima qualidade”, o que tornaria desejável que descrições, explicações e predições no contexto de outro arcabouço teórico fossem estabelecidas (no caso, o de uma neurociência avançada).

Se isso se desse, ou seja, caso o construto teórico de uma neurociência madura se estabelecesse, entende o autor que uma significativa ampliação de nossa capacidade de observar, descrever, explicar e prever fenômenos mentais ocorreria; e o que é mais importante: nosso poder de introspecção se expandiria de maneira fantástica. Em suas palavras:

Quando a neurociência tiver amadurecido, a ponto de a pobreza de nossas atuais concepções ter-se tornado manifesta a todos, e a superioridade do novo arcabouço tiver sido estabelecida, poderemos, por fim, dar início à tarefa de *reformular* nossas concepções das atividades e estados internos, no interior de um arcabouço conceitual realmente adequado. Nossas explicações sobre o comportamento uns dos outros irão recorrer a coisas como nossos estados neurofarmacológicos, nossa atividade neural em áreas anatômicas específicas e a outros estados que forem relevantes para a nova teoria. Nossa introspecção individual também será transformada e poderá ser profundamente aprimorada em razão de um arcabouço conceitual mais penetrante e preciso, com o qual ela terá de trabalhar – da mesma forma que a percepção do céu noturno pelo astrônomo foi em muito aprimorada pelo conhecimento detalhado da moderna teoria astronômica de que dispõe (P. M. CHURCHLAND, 2004, p. 81-82).

Esta possibilidade de enriquecimento de nossa capacidade discriminativa

mediante introspecção, que segundo P. M. Churchland, o eliminativismo encerra, poderia fazer com que o problema epistemológico da relação mente-corpo se dissolvesse, dando ensejo para que a objetivação das sensações ou instauração de uma “fenomenologia objetiva” ocorresse.

São bem conhecidos na literatura acerca do tema casos em que músicos experientes, bem como *sommeliers* de diversas modalidades, apresentam um poder discriminatório muito superior ao de não especialistas, podendo ouvir ou discernir, pelos sentidos, nuances que escapam aos não especialistas.

Comentando tais casos aventados acima (sobre o poder sensorial e discriminatório de músicos, *sommeliers*, além de astrônomos) P. M. Churchland diz o seguinte:

Em cada um desses casos, o que é por fim dominado é um arcabouço conceitual – musical, químico ou astronômico - um arcabouço que incorpora muito mais sabedoria sobre o domínio sensorial em questão do que podemos *imediatamente* perceber por meio de nossa capacidade de discriminação não apoiada por algum tipo de treinamento. Esses arcabouços são, em geral, uma herança cultural: são montados no decorrer de muitas gerações, e seu domínio oferece a nossas vidas sensoriais uma riqueza e penetração que seriam impossíveis em sua ausência (P. M. CHURCHLAND, 2004, p. 276, grifo nosso).

Da citação que precede, interessa atentar para a ideia de que para que haja a expansão da capacidade do sentir e discriminar determinados tipos de sensações, não basta apenas tomar conhecimento de certas informações (geralmente herdadas culturalmente) do tipo: a cachaça X do ano y, envelhecida em um barril de carvalho de 200 litros, mediante consenso de uma junta de 30 *sommeliers* obteve no quesito adstringência o veredicto Z. Pois para que ocorra o desenvolvimento do poder de percepção e apuramento verbal (seguindo o exemplo acima) é preciso que se experimente vários tipos de cachaça, em circunstâncias das mais variadas possíveis; e que se estude os relatos orais e escritos acerca do tema; enfim, é preciso articular

pormenorizadamente determinados conceitos à experiência propriamente dita.

Quanto às objeções ao materialismo eliminativo de P. M. Churchland, a primeira diz respeito à possibilidade de que a esperança de tal programa de pesquisa não se concretize, qual seja: o programa de que o desenvolvimento das neurociências culmine na instauração de uma ciência do cérebro madura capaz de proporcionar o abandono da psicologia popular. Dizemos isso em virtude de entendermos que tal projeto se apoia em bases um tanto fragilizadas, que consistem meramente na *esperança* de que a psicologia popular possa ser eliminada e substituída por uma neurociência futura, daí nossa asserção de que a negação de tal esperança possa ser entendida como objeção.

Uma segunda objeção seria a de que contemporaneamente, em certos exames de neuro-imagem e em determinadas técnicas cirúrgicas cerebrais são cada vez mais importantes os relatos “convencionais” ou em linguagem comum do próprio paciente submetido a tais exames ou intervenções cirúrgicas. Ou seja, o desenvolvimento da neurociência tão almejado pelo eliminativista, num certo sentido, caminha para um estreitamento cada vez maior com o discurso comum que expressa noções “obscuras” da psicologia popular, ao invés de promover o abandono desta, isso sugere que talvez não sejam assim tão disparatadas as noções da psicologia popular.

Uma terceira objeção, que em seu cerne seria um complemento da anterior, colocaria em questão a asserção de que as noções da psicologia popular seriam completamente disparatadas na descrição dos processos mentais, pois afinal de contas, em seus afazeres cotidianos, pelo menos, as pessoas se comunicam: ou será, prossegue o argumento, que em termos pragmáticos haveria muitos problemas em dizer, por exemplo: Que se está *satisfeito* (em outras palavras, pode-se dizer que não mais se deseja comer) após uma refeição? Além disso, não se pode negligenciar que há milhares de anos a linguagem ordinária, pragmaticamente, (especialmente no que se refere a

noções mentalistas) vem cumprindo relativamente bem seu papel.

Uma quarta objeção ao eliminativismo questiona a radicalidade do projeto eliminativista, afinal seria perfeitamente possível que mesmo surgindo uma poderosa teoria do cérebro, uma eliminação completa do vocabulário mentalista poderia não ocorrer, de modo que ao invés de ser puro e simplesmente eliminado, o vocabulário mentalista pudesse ser reduzido. Tal objeção, a rigor, o próprio P. M. Churchland reconhece como boa objeção, e defende-se tentando minimizar a radicalidade de seu projeto:

Talvez essa queixa seja justa. Como quer que seja ela sem dúvida ressalta o fato importante de que não estamos aqui contrapondo duas possibilidades simples e mutuamente excludentes: a redução pura e simples contra a eliminação pura e simples. Ao contrário, essas duas posições são os dois extremos de uma gama gradual de resultados possíveis, entre os quais ocorrem casos mistos de eliminação parcial e redução parcial (P. M. CHURCHLAND, 2004, p.88).

Na passagem acima, P. M. Churchland minimiza a radicalidade de seu projeto afirmando que pode haver uma espécie de caso misto de eliminação e redução parciais.

A quarta e última objeção, diz respeito às dificuldades ou impossibilidades do materialismo eliminativo ser capaz de reduzir-se a um discurso objetivo de terceira pessoa, excetuando aspectos qualitativos experimentados subjetivamente e expressos num discurso de primeira pessoa. Pois como Chalmers (1996, 1997) ressalta, o que faz com que o problema da experiência pareça intratável é a ideia de que ela não poderia ser explicada em termos de mecanismos neurais e/ou computacionais. Num discurso científico, de cunho neurofisiológico, por exemplo, a distinção entre sono e vigília demandaria somente uma explicação em termos de mecanismos neurofisiológicos subjacentes a tais estados contrastantes, o que seria o suficiente para a compreensão de tais estados. Porém, a riqueza da experiência que acompanha o estado de vigília bem

como os sonhos mais vívidos parece escapar a tais explicações. Em outras palavras, o que está em questão é o problema da tradução ou abismo explicativo, tal como levantado por Levine (1983).

Ressaltando que se para os adeptos da teoria da identidade, bem como para os fisicalistas (reducionistas ou não), os *qualia* configuravam-se num obstáculo, o mesmo pode ser dito sobre eliminativistas, ou seja, o problema do abismo explicativo deve ser encarado pontualmente pelos eliminativistas.

Conclusão

Em conclusão, podemos apenas dizer que tais considerações sobre o eliminativismo fazem parte de um projeto maior que tende “esmiuçar” a pragmática linguística; sendo assim, tendemos a considerar o eliminativismo como uma teoria “pouco convincente” tendo em vista as críticas que esboçamos a seu respeito.

A principal crítica, reiteremos, seria a de que a pragmática linguística no que tange ao discurso mentalista não se constitui como uma regra do vernáculo, tampouco com “descobertas” neurocientíficas (como pensa P. M. Churchland). Pois se esse fosse o caso, com base nos conhecimentos neurocientíficos atuais, ao ver e cheirar uma rosa, por exemplo, diríamos: “nossa, minha área v5 de meu córtex visual e meu córtex olfativo admiram tal rosa”.

Enfim, que a neurociência nos apresenta novos conhecimentos importantíssimos acerca do cérebro é um fato consumado e que tende a crescer cada vez mais; porém, a linguagem parece seguir um outro rumo, um caminho por vezes tortuoso, que nem sempre se adéqua aos conhecimentos oriundos da academia.

Bibliografia consultada

CHALMERS, D. J. Facing up to the problem of consciousness. In: SHEAR, J. (Ed.) *Explaining consciousness – the ‘hard problem’*. Cambridge MA: The MIT Press, 1997.

CHALMERS, D. J. *The conscious mind*. New York: Oxford University Press, 1996. 404p.

CHURCHLAND, P.M. *Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 286 p.

DESCARTES, R. Meditações. In: _____. *Discurso do método. Meditações. Objeções e respostas. As paixões da alma. Cartas*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 91-150. (Os Pensadores).

LEVINE, J. Materialism and qualia: the explanatory gap. *Pacific Philosophical Quarterly*, v. 64. p. 354-361, 1983.

SOARES, A. *O que são ciências cognitivas*. São Paulo: Brasiliense, 1993. 70 p. (Primeiros Passos). 70 p.

VICENTINI, M. R. *Como percebemos o mundo que nos cerca?* Bauru: EDUSC, 1999. 104 p.